

PROTOCOLO

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO VISANDO A REPOSIÇÃO DA LEGALIDADE NA ZONA DA ÁGUA DOCE - BALEAL – CONCELHO DE PENICHE.

Entre:

Primeira Outorgante: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, com sede na Rua Artilharia Um, n.º 33 em Lisboa, pessoa colectiva n.º 600076849, doravante designada por CCDR-LVT, neste acto representada pela sua Presidente, Arquitecta Maria Teresa Mourão de Almeida;

Segunda Outorgante: Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P., com sede na Rua Braamcamp n.º 7 em Lisboa, pessoa colectiva n.º 508608015, doravante designada por ARH do Tejo, I.P., neste acto representada pelo seu Presidente Eng.º Manuel Augusto Ruano Lacerda;

e

Terceira Outorgante: Município de Peniche, com sede em Largo do Município, Peniche, pessoa colectiva n.º 506812820, doravante designado por MP, neste acto representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Peniche, Dr. António José Ferreira Sousa Correia Santos.

Considerando que:

- a) A CCDR-LVT, a ARH do Tejo, I.P. e o MP prosseguem atribuições em matéria de ordenamento do território e de ambiente, e, com objectivos comuns de desenvolvimento sustentado e harmonioso das políticas de ordenamento do território e do ambiente;
- b) Estas entidades delinearam uma estratégia comum no sentido de concertar esforços para repor a legalidade no sítio da Água-Doce Baleal, o que se traduziu, entre outros aspectos, na constituição de um grupo de trabalho constituído por membros de cada uma das entidades envolvidas;
- c) Nas reuniões desse grupo de trabalho foram discutidos e analisados vários aspectos e problemas que a implementação e desenvolvimento desta acção poderão suscitar no âmbito da sua concretização, designadamente: a delimitação do âmbito de competência de cada uma das entidades envolvidas, de acordo com as respectivas atribuições legais; análise dos aspectos jurídicos e legais relativos à actuação de cada uma das mesmas; identificação dos problemas sociais, ambientais e de saúde pública inerentes à presente acção e apresentação das respectivas propostas de solução.
- d) A CCDR-LVT tem por missão executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território na sua área de intervenção;
- e) A implementação desta missão traduz-se no cumprimento das competências e atribuições resultantes da lei, de entre as quais se destacam as inerentes aos poderes para intimar à imediata remoção de ocupações ilegais e determinar o embargo de quaisquer construções em áreas de ocupação proibida ou condicionada em zonas de protecção estabelecidas por lei ou em violação da lei, dos regulamentos ou das condições de licenciamento ou autorização;
- f) A especificidade inerente à Reserva Ecológica Nacional (REN), cujos sistemas e processos biofísicos urge preservar e manter e tendo ainda presente a necessidade de articulação dos objectivos deste regime com outros regimes jurídicos.
- g) As competências que ao abrigo deste regime da REN estão cometidas à CCDR, nomeadamente no domínio da fiscalização e do procedimento contra-ordenacional;

- h) Que nos termos do decreto-lei n.º309/93, de 2 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pelo decreto-lei n.º219/94, de 20 de Agosto, sempre que a área abrangida por um Plano de Ordenamento da Orla Costeira esteja integrada na Reserva Ecológica Nacional, para a mesma será aplicável o regime da REN;
- i) À ARH do Tejo, I.P. compete, nos termos da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, proteger e valorizar as componentes ambientais das águas, nomeadamente e entre outros ao nível da promoção da requalificação dos recursos hídricos;
- j) Nos termos da mesma lei compete a este instituto fiscalizar as actividades susceptíveis de causarem impacto negativo nas utilizações dos recursos hídricos;
- l) Para a prossecução de uma gestão eficiente e racional dos recursos do Estado, as entidades públicas devem recorrer à cooperação institucional e à articulação de competências com entidades que detenham atribuições complementares às suas ou a si associadas, criando sinergias inter institucionais;
- m) As Câmaras Municipais desempenham um relevante papel em matéria de licenciamento e fiscalização, no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, nos termos do disposto na Lei n.º 169/99, de 18 de Abril, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, bem como no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e, republicado pela Lei n.º 60/2007, de 04 de Setembro (RJUE);
- n) Na esteira dos diplomas supra mencionados, e no que concerne às medidas de tutela da legalidade urbanística, compete ao Presidente da Câmara Municipal embargar ou ordenar a demolição de quaisquer obras, construções ou edificações efectuadas por particulares ou pessoas colectivas, sem licença ou com inobservância das condições dela constantes ou em violação das normas legais e regulamentares aplicáveis;
- o) A competência do Presidente da Câmara Municipal para instaurar os respectivos processos de contra-ordenação e aplicar as coimas;
- p) Os Instrumentos de gestão territorial, nos quais se inserem os planos especiais de ordenamento do território, identificam interesses públicos prosseguidos, sendo nulos os actos praticados em violação de qualquer instrumento de gestão territorial aplicável;

é celebrado o presente Protocolo, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.^a

Objecto

A CCDR-LVT, a ARH do Tejo, I.P. e o MP, atentas as suas competências e atribuições, acordam em cooperar no domínio da acção de reposição da legalidade a ter lugar na Zona da Água Doce, Baleal, concelho de Peniche.

Cláusula 2.^a

Âmbito

1. O âmbito do presente protocolo mostra-se delimitado pelo conjunto de intervenções identificadas como passíveis de serem objecto da acção acima mencionada, nomeadamente as acções consignadas nas cláusulas relativas às obrigações de cada entidade ao nível:

- a) da identificação e resolução das questões de âmbito social;
- b) da notificação para reposição da situação anterior às infracções identificadas;
- c) demolições coercivas;
- d) recuperação ambiental e paisagística;
- e) divulgação, sensibilização e informação da população

2. A área de intervenção da acção localiza-se na Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 9 – UOPG 9 -, devidamente identificada na alínea i) do artigo 72.º do regulamento do POOC, sendo que algumas das áreas em causa se inserem em espaços naturais – áreas de protecção integral, Reserva Ecológica Nacional, nos termos da delimitação da REN do concelho de Peniche, bem como no Domínio Público Hídrico, intervindo cada uma das entidades, no âmbito das respectivas atribuições legais.

3. A identificação das situações abrangidas pelo presente protocolo consta de documento produzido pelos outorgantes e anexo ao mesmo, dele fazendo parte integrante.

Cláusula 3.ª

Divulgação, sensibilização e informação

Visando a execução do presente Protocolo, as entidades intervenientes manifestam a sua disponibilidade para acompanhar em colaboração o desenrolar desta acção, a qual se manifesta através de:

- a) Sensibilização da opinião pública com a divulgação das medidas a tomar através da comunicação social local, regional e nacional;
- b) Convocação de uma conferência de imprensa conjunta antecedendo o início da acção;
- c) Divulgação das medidas a implementar nos seus sítios da internet, bem como nas suas publicações informativas próprias;
- d) Permuta de informação relativa ao desenrolar da presente acção.

Cláusula 4.ª

Obrigações da CCDR-LVT

A CCDR-LVT obriga-se a:

- a) Proceder à notificação dos proprietários ou possuidores de construções ilegalmente edificadas em área de REN, fixando um prazo para que voluntariamente desocupem a parcela e removam a edificação;
- b) Em caso de incumprimento da ordem de demolição voluntária, proceder à notificação dos proprietários ou possuidores de construções ilegalmente edificadas na área de REN, da decisão de coercivamente se lhes substituir no cumprimento da ordem

referida anteriormente, sem prejuízo do disposto na alínea e) da cláusula 6ª do presente protocolo;

- c) Observar todos os procedimentos administrativos, tendentes à adequada e correcta notificação dos infractores;
- d) Definir em coordenação com a ARH do Tejo, IP, medidas de recuperação ambiental nos espaços libertos de ocupação.

Cláusula 5.ª

Obrigações da ARH do Tejo, I.P.

1. No âmbito do procedimento prévio à reposição da situação anterior à infracção a ARH do Tejo, I.P. obriga-se a:

- a) Proceder à notificação dos proprietários ou possuidores de construções ilegalmente edificadas em área de Domínio Público Hídrico, bem como dos ocupantes ilegais, fixando um prazo para que voluntariamente desocuparem a parcela e/ou removerem a edificação;
- b) Em caso de incumprimento da ordem de demolição voluntária, proceder à notificação dos proprietários ou possuidores de construções ilegalmente edificadas na área de REN, da decisão de coercivamente se lhes substituir no cumprimento da ordem referida anteriormente, sem prejuízo do disposto na alínea e) da cláusula 6ª do presente protocolo;
- c) Observar todos os procedimentos administrativos, tendentes à adequada e correcta notificação dos infractores.

2. No âmbito do procedimento de reposição da situação anterior e das demolições coercivas que eventualmente aconteçam, após resolução dos problemas de âmbito social e em conformidade com o desenvolvimento das acções de demolição por parte da Câmara Municipal, que eventualmente surjam, a ARH do Tejo, I.P. deve implementar medidas de recuperação ambiental nos espaços libertos de ocupação nomeadamente ao nível da

descompactação do solo, regeneração do coberto vegetal e colocação de estruturas de protecção.

3. No âmbito das acções de sensibilização das populações, a ARH do Tejo, I.P. obriga-se à colocação de um painel informativo local, contendo as fases de implementação das medidas previstas ao nível da reposição da legalidade e recuperação ambiental e paisagista da área em causa.

Cláusula 6.ª

Obrigações do Município de Peniche

O município de Peniche obriga-se a:

- a) Proceder à notificação dos proprietários ou possuidores de construções ilegalmente edificadas e devidamente identificadas na planta e fichas anexas ao presente protocolo, fixando um prazo para que voluntariamente procedam à demolição das mesmas e reponham o terreno nas condições anteriores à ocupação;
- b) Observar todos os procedimentos administrativos, tendentes à adequada e correcta notificação dos infractores;
- c) Afixar, através dos serviços de fiscalização municipais, os editais conjuntamente elaborados pelas três entidades no local onde as construções foram erigidas, bem como nos locais de estilo, ou seja, Tribunal e Junta de Freguesia;
- d) Proceder à análise das questões de âmbito social que eventualmente surjam no decorrer da execução deste protocolo, seu encaminhamento e resolução;
- e) Proceder aos trabalhos de demolição que eventualmente sejam necessários executar, caso os proprietários ou possuidores não procedam à demolição voluntária das construções ilegalmente edificadas, sendo esses trabalhos precedidos de plano de gestão de resíduos resultantes de demolições de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei 46/2008, de 12 de Março;

- f) No âmbito do procedimento de reposição da situação anterior à infracção e das demolições coercivas que eventualmente aconteçam, após resolução dos problemas de âmbito social e em conformidade com o desenvolvimento das acções de demolição que eventualmente surjam;
- g) Proceder a limpeza geral do terreno com transporte de resíduos para destino final adequado.

Cláusula 7.ª

Fiscalização

No decurso da presente acção de reposição da legalidade, as entidades intervenientes comprometem-se a promover acções de fiscalização em intervalos de tempo regulares e com alguma periodicidade, recorrendo para esse efeito, aos seus próprios agentes de fiscalização ou à cooperação das competentes autoridades policiais.

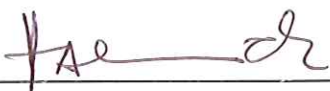
Cláusula 8.ª

Vigência


O presente protocolo vigora pelo período temporal necessário à implementação e conclusão da acção de reposição da legalidade, a ter lugar na Zona da Água Doce, Baleal, Peniche.

Feito em Lisboa aos 26 dias do mês de Março de 2010, em três exemplares, um para cada um dos outorgantes.

Pela CCDR-LVT



Pela ARH do Tejo, I.P.



Pela C. M. Peniche



Anexo: Planta com identificação das construções ilegais e fichas de caracterização